

# O Feminismo chegou ao Rio Grande: os efeitos da “onda” feminista nos anos 1970 e 1980 em Porto Alegre<sup>1</sup>

Natalia Pietra Méndez

Professora e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. E-mail: npietra@ig.com.br.

## Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a repercussão da “onda” feminista que chegou à capital gaúcha entre meados dos anos de 1970 e 1980. Suas influências no campo da política estavam presentes no discurso de diversos grupos feministas organizados em Porto Alegre, mas que aqui serão examinados através de dois representantes: o Grupo Costela de Adão e o Grupo Liberta, ambos organizados no final dos anos de 1970. O objetivo do movimento era demonstrar que a discriminação contra a mulher não se tratava de um problema individual ou secundário, mas era o resultado de relações historicamente construídas que perpassavam todas as esferas da sociedade. O artigo é baseado no exame de documentos originais produzidos por grupos feministas existentes em Porto Alegre durante a década em questão junto com informações recolhidas em fontes jornalísticas da época.

**Palavras-chave:** história das mulheres, movimento feminista, gênero e política.

## Abstract

The objective of this paper is to analyse the repercussion of the feminist “wave” that arrived to Porto Alegre, the capital of the “Gaúchos”, as the people of

Rio Grande do Sul are known, in the middle of 1970 and 1980. The feminist influences in the field of politics were presented in speeches of several feminists groups established in Porto Alegre. In this paper these influences will be analysed through two representative groups: “Costela de Adão Group” and “Liberta Group”. Both groups were organized in the late 1970’s. The objective of the feminist movement was to show that the discrimination against women was not an individual or secondary problem, but the result of the relations that were historically built and passed for all spheres of society. The article is based on the analysis of original documents produced by feminists groups that existed in Porto Alegre during the decade mentioned above and with news collected in journalist sources from that time.

**Keywords:** women history, feminist movement, gender and policy.

Entre os anos de 1960 e 1970, uma “onda” feminista tomou conta do mundo, inundando o continente europeu e os Estados Unidos, mas atingindo, ainda com muita força, a América Latina. Esta proliferação de manifestações feministas esteve associada a todo o processo de contestação social em curso desde os anos 60, bem como ao crescente acesso das mulheres ao ensino superior nas décadas em questão. Porém, não caberia, aqui no espaço deste

<sup>1</sup> O presente artigo foi realizado a partir da Dissertação de Mestrado intitulada *Discursos e Práticas do Movimento Feminista em Porto Alegre (1975-1982)*, defendida em fevereiro de 2004 no PPGH/UFRGS, tendo como orientadora a Profa. Dra. Claudia Wasserman, e como banca examinadora a Profª. Dra. Rachel Soihet, a Profª. Dra. Céli Regina Jardim Pinto e o Prof. Dr. César Augusto B. Guazzelli, a quem agradeço todas as observações e contribuições.

artigo, analisar profundamente o contexto histórico que ocasionou a explosão do feminismo mundial. O que se pretende examinar são os efeitos desta grande maré feminista no Brasil, e, mais especificamente, na capital do Rio Grande do Sul.

Em meados dos anos de 1970, diversos grupos feministas começaram a se organizar em Porto Alegre. Caracterizavam-se como grupos autônomos, sem vínculos com organizações partidárias, embora identificados com um projeto político que pode ser qualificado como “esquerda”. Isto porque não existiam organizações feministas pró-regime militar, e, desta forma, todos aqueles e aquelas que se alinhavam nas trincheiras da oposição à ditadura estavam, de certa forma, vinculados a um projeto político progressista e de esquerda. Em um primeiro momento, estes grupos feministas se reuniam na casa de ativistas, e debatiam temas caros às mulheres, como a sexualidade, saúde, violência doméstica, divisão sexual do trabalho, entre tantos outros que eram pauta de todo o feminismo mundial. A memória destes grupos feministas pode ser atualmente revisitada graças a alguns poucos escritos de suas autorias, bem como pelas diversas notícias que provocaram em jornais locais. Graças a estas fontes foi possível perceber que o lema “O Individual é Político”, lançado nas manifestações de maio de 1968 em França, espalhou-se pelo Brasil como rastilho de pólvora, chegando até o Rio Grande e contribuindo para aumentar ainda mais a polêmica em torno dos novos papéis de homens e mulheres na sociedade.

O movimento feminista porto-alegrense, dos anos de 1970 e 1980 elaborou uma crítica às relações cotidianas que designavam papéis diferenciados para homens e mulheres. A questão fundamental foi demonstrar que a discriminação contra a mulher não ocorria apenas no nível das estruturas econômicas, mas também era fruto das relações construídas entre os indivíduos na família, na escola, na comunidade e em todas as esferas da sociedade. Assim, um dos grupos feminista de Porto Alegre, conhecido como Costela de Adão<sup>3</sup> defendia a necessidade de inserir as questões específicas das mulheres e suas vivências individuais no plano da política. Temas como sexualidade, prazer, violência doméstica, casamentos, entre outros, eram fundamentais para a ação política. Segundo elas, não era correto colocar estes assuntos como problemas individuais ou secundários pois eles eram decorrentes de uma construção histórica e social.

Em uma brochura publicada no ano de 1979, intitulada “Escritos Sobre Feminismo, nº1”, as feministas do Costela pregavam:

É necessário acabar com essa dicotomia entre o individual e o político, recuperar a legitimidade da busca pelo prazer, inclusive nas ações políticas; do contrário, elas perdem o sentido humano e se transformam em simples prática alienada.

Para estas mulheres, os problemas que elas vivenciavam no cotidiano eram o resultado de um conjunto de relações de poder introjetadas na sociedade, nas mentes e nos corpos dos seres humanos. Por conseguinte, não era suficiente lutar por salários iguais e por mais espaço político para promover uma igualdade entre os sexos. Era preciso questionar as relações interpessoais, os comportamentos culturalmente enraizados que limitavam as possibilidades de ascensão das mulheres. O movimento feminista surgido a partir dos anos de 1970 afirmava que uma transformação social nas relações sociais só ocorreria se fossem revistas todas as formas de opressão contra as mulheres. Ao afirmar que a opressão individual era política, as feministas estavam defendendo que não existia uma escala na qual a luta de classes fosse preponderante à luta das mulheres, porque esta última também era dotada de um caráter revolucionário. As feministas porto-alegrenses não estavam isoladas em sua constatação. Um texto elaborado pelo grupo feminista Nós Mulheres, de São Paulo, em 1979, apontava igualmente que a libertação da mulher só ocorreria quando fossem atingidos todos os níveis da sociedade responsável por produzir e reproduzir formas de opressão:

A luta pela libertação da mulher, para nós, implica numa estratégia que articule todos os níveis de sua opressão, na medida em que as relações de poder e domínio na sociedade capitalista penetram em todos os níveis da existência do homem e da mulher, desde sua relação mais íntima até as atividades públicas, hábitos e obrigações comuns a todos. O feminismo vem questionar as formas de violência que se reproduzem cotidianamente e sempre foram consideradas “naturais” ou “valores sociais inabaláveis”; amplia o conceito de política. Trata-se de assunto que faz parte da nossa vida; não há instância alguma de nossa existência que dela escape. Em outras palavras, o feminismo trouxe a política para dentro de casa, para o questionamento das relações interpessoais. (...) É por isso que buscamos uma transformação que comece também por mexer com a prática individual de cada uma. Entretanto, isso implica não apenas direitos iguais - como trabalhadora ou cidadã - mas uma nova qualidade de vida, por que não dizer, uma verdadeira revolução cultural(...).<sup>4</sup>

<sup>3</sup> De acordo com uma das integrantes do Grupo, a ideia do nome do grupo foi polemizar, criando uma organização feminista com nome de “Homem”.

<sup>4</sup> Caderno da Associação de Mulheres, nº 3, 1979.

Assim, esta nova onda feminista suscitava questões que – para boa parte da sociedade – poderiam parecer chocantes e até mesmo inconcebíveis. Colocar em xeque as relações instituídas pela sociedade, como o casamento monogâmico e heterossexual, era parte integrante do discurso feminista. Como exemplo, o grupo Costela de Adão foi autor de um texto que fazia uma dura crítica à monogamia:

Esse assunto parece prestar-se bem a um exame do grau de penetração da ideologia dominante na estrutura psíquica dos indivíduos, pois é tido amplamente como forma normal e natural de relacionamento afetivo. À medida em que pudermos ver que não é bem assim, estaremos nos aproximando de algo como a “desmistificação da monogamia”. (...) Essa é uma forma ideológica de manter a repressão sobre os indivíduos, impedindo-os de expressar livremente sua afetividade em todos os níveis e aspectos. Até agora não se provou convincentemente que a exclusividade na relação homem/mulher seja uma característica natural. Mas sim, pelo contrário, outras formações sociais historicamente anteriores apontaram formas completamente distintas de comportamento, como a poligamia e a poliandria. Isso demonstra que a natureza humana não é tão imutável assim, mas pelo contrário ela é uma manifestação histórica. (...) Somos, pois, educados para aceitar ( e procurar) um relacionamento afetivo exclusivista, como se o casal fosse uma entidade afetivamente completa, e por isso poderia separar-se do resto do mundo. Acredita-se tão seriamente numa complementaridade total entre duas pessoas, que o mito da “alma gêmea” passa a ser uma coisa na qual todo mundo (consciente ou inconscientemente) acredita e sai a procurar a sua.<sup>5</sup>

O título do texto, *Sobre o individual, o político e a monogamia*, remetia à discussão da necessidade do feminismo em afirmar o caráter político das relações entre homens e mulheres. Ao falar do casamento monogâmico, o Costela de Adão o denunciava como parte de uma ideologia repressora que condicionava os seres humanos a limitar sua vida afetiva a apenas uma pessoa. É preciso destacar o caráter revolucionário deste tipo de escrito, publicado no começo dos anos de 1980. Com exceção de pequenos grupos de intelectuais, para a maioria da sociedade o casamento monogâmico ainda representava - e de certo modo representa até os dias atuais - a única forma de relacionamento aceita e normatizada nas sociedades ocidentais. Este tipo de debate, em torno do casamento, da monogamia, e de formas alternativas de afetividade e sexualidade eram fundamentais para afirmar que a opressão individual vivenciada pelas mulheres era parte de uma construção histórica e política. O discurso feminista

buscava, a partir destes escritos, atingir outras mulheres, fazer circular suas idéias e, com isto, contribuir para desnaturalizar as relações entre homens e mulheres, mostrando que:

A manutenção da sociedade nos moldes atuais fundamenta-se não apenas nas relações econômicas entre classes com interesses antagônicos, mas também na dominação cultural ideológica. Quanto mais esse tipo de dominação tiver sido interiorizada pelos indivíduos, mais eficiente será, uma vez que o caráter de comportamento imposto assumirá a aparência de comportamento natural, ou mesmo instintivo.<sup>6</sup>

Provavelmente, em decorrência desta crítica à monogamia e ao casamento como formas de imposição e repressão, outros dois temas eram colocados de forma central no discurso do movimento: a violência sexista e a liberdade sobre o próprio corpo.

A temática da violência era abordada sobre diferentes prismas, atentando tanto para o combate às formas explícitas (espancamentos, estupros) quanto para as formas simbólicas. A violência simbólica contra a mulher pode ser compreendida como toda a ação ou discurso que visa limitar sua liberdade e a conservar os papéis sociais destinados a homens e mulheres. De acordo com Chartier:

Definir a dominação imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica e culturalmente construída, é afirmada como uma diferença de natureza, irreduzível, universal. O essencial não é, portanto, o termo a termo uma definição biológica e uma definição histórica da oposição masculino/feminino, mas, antes, identificar os discursos que enunciam e representam como ‘natural’ (portanto, biológica) a divisão social (portanto, histórica) dos papéis e das funções. (CHARTIER, 2002, p.96-97)

De acordo com Bourdieu a violência simbólica se estabelece a partir de um constrangimento através do corpo. A dominação masculina ocorre através de práticas e discursos. Os discursos podem ser percebidos em ditados, provérbios, enigmas, cantos, poemas, representações gráficas; as práticas de violência simbólica ocorrem a partir das estruturas do espaço, organização do tempo, técnicas e rituais, técnicas do corpo (posturas, maneiras, porte). (BOURDIEU, 1995, p. 137)

Entretanto, esta dominação masculina, que pode tanto assumir formas simbólicas quanto explícitas, não ocorria sem gerar oposições, pois toda relação de dominação social gera resistências. Estas, todavia, nem sempre aparecem de forma explícita. Muitas vezes ocorrem de forma velada, individual e não organizada. E nem todo ato de resistência conduz, automaticamente, a uma superação da dominação.

<sup>5</sup> Texto Sobre o individual, o político e a monogamia. Escritos Sobre Feminismo, n. 1, Grupo Costela de Adão, 1980.  
<sup>6</sup> Idem.

pelos grupos feministas era garantir espaços para que fossem feitos relatos de diferentes tipos de violência sofridas pelas mulheres. Esta era uma prática militante muito recorrente. As reuniões dos grupos constituíam o ponto de encontro para discutir situações cotidianas de opressão, que por vezes eram transformados em denúncias impressas nas publicações feministas. Em Porto Alegre, uma das publicações do Costela de Adão trazia vários depoimentos que podem ilustrar as problemáticas debatidas nos grupos. Um dos relatos foi feito por uma ativista - identificada como Jane - que se encontrava na Praça XV<sup>7</sup> quando uma criança, acompanhada pela mãe e outro irmão, caiu na calçada e começou a chorar. Na seqüência, um homem que passava no local começou uma discussão com a militante feminista. O diálogo entre Jane (J) e o Homem (H) transeunte, foi o seguinte:

H - Isso é que dá mulher não cuidar dos filhos! Fica aí olhando pras vitrines, pros homens, e as crianças que se danem.

J - Não me contive. O homem caminhava do meu lado e não falava, esbravejava. Comentei delicadamente:

O senhor não sabe que criança cai à toa?

H-Mulher minha não sai de casa. Fica lá quietinha cuidando bem da casa, com os filhos bem cuidadinhos!

J - Continuí não me contendo:

O senhor tem certeza?

Pra quê! Recebi uma risada sarcástica e mais discurso esbravejado. Ele não estava sozinho e logo o outro que o acompanhava gesticulava junto, dizendo:

H - Mulher tem é que ficar em casa, lavar roupa, trabalhar pro homem dela.

J - A essas alturas, toda a rua me olhando e eles gritando. Saí murmurando respostas e me sentindo ridícula.<sup>8</sup>

O episódio narrado demonstra como o simples fato de uma criança cair na rua acabou sendo utilizado para responsabilizar a mulher. Além disso, os comentários dos pedestres do sexo masculino evocavam a concepção de que o lugar das mulheres não era nas ruas, e sim dentro das casas, cuidando dos interesses dos seus maridos. Verifica-se, portanto uma forma de violência, através do constrangimento verbal, que se utilizava dos gritos, da zombaria, de palavras vexatórias e do constrangimento para ridicularizar as mulheres. A ativista do Costela de Adão tentou defender a mulher vítima que era alvo das ofensas públicas. Entretanto, seus argumentos foram derrubados pela força da multidão que fazia coro ao homem que se pronunciou para culpabilizar a mãe

pelo tombo que o filho havia levado. A violência apareceu, neste caso, de forma muito concreta. Foi uma tentativa, através do constrangimento público, de limitar o lugar feminino ao espaço privado. Apesar de constatar que existiu uma ação de resistência, ao menos de uma das pessoas que por ali caminhava, este ato não foi capaz de desconstituir o discurso dominante.

Estes e outros relatos faziam parte das reuniões do Grupo Costela de Adão, que instituiu uma prática política diferenciada dos espaços da política tradicional, garantindo espaços para que as mulheres pudessem contar seus problemas específicos vivenciados no dia a dia. Desta forma, a ação do grupo indicava que a violência contra a mulher ocorria em diferentes níveis e não se tratava de um fato isolado. A valorização das histórias narradas pelas mulheres significava uma forma de legitimação, de dar-lhes a voz e o poder da palavra, o poder de ao menos em restritas publicações feministas poder dizer que a luta pela transformação cotidiana das relações entre homens e mulheres era parte fundamental da ação política. A partir do momento em que estas narrativas eram publicadas pelo grupo, elas transcendiam as fronteiras do próprio movimento e assumiam um caráter de denúncia buscando sensibilizar outras mulheres que viviam os mesmos tipos de problemas.

Ainda nos *Escritos Sobre Feminismo*, há um outro caso de discriminação, contado pela ativista identificada como Xica. Ela e uma amiga marcaram um encontro num bar da Rua Lima e Silva.<sup>9</sup> No meio da conversa, um homem que estava sentado atrás dela começou a pressionar seu braço e ela pediu que este o retirasse. O homem respondeu: "Vão à merda, vocês mulheres!". De acordo com a narrativa de Xica, a discussão logo terminou mas o fato mais inusitado ocorreu a seguir:

Ficamos mais tranquilas, continuamos a conversar pensando termos sido entendidas e, aliviadas, pedimos mais uma cerveja com batatas fritas. O garçom então falou que não tinha mais cerveja, enquanto de nossa mesa podíamos ver as cervejas servidas para os casais e os grupos de homens. Chamamos o dono do bar e reclamamos educadamente, já que notávamos alguma coisa "estranha" no ar. O cara nos respondeu que não serviria mais cervejas para mulheres sozinhas, já que tínhamos atrapalhado os fregueses de seu bar. (...) A nossa angústia e impotência diante do fato foi aumentando, até que resolvemos ir embora. Eram nove horas da noite. E os senhores presentes no bar continuavam a falar sobre futebol e bundas, enquanto nós saíamos para a rua, já sem saco pra tentar outro bar e outra cerveja.<sup>10</sup>

<sup>7</sup> Praça localizada no Centro de Porto Alegre

<sup>8</sup> Escritos sobre feminismo n° 1, Grupo Feminista Costela de Adão, outubro de 1980.

<sup>9</sup> Rua que concentrava, e ainda concentra, um grande número de bares e espaços de lazer no Bairro boêmio Cidade Baixa.

<sup>10</sup> Escritos sobre Feminismo, n° 1, 1980.

A história vivida por Xica e sua amiga poderia muito bem ser a de outras tantas mulheres que não foram registradas ou contadas. No início dos anos de 1980, certos locais públicos de Porto Alegre não viam com bons olhos mulheres que sozinhas, ou acompanhadas de uma amiga, procurassem um espaço para se divertir tranqüilamente. O senso comum acreditava que se o faziam, era porque estavam dispostas a aceitar o assédio masculino. Portanto, na concepção dos donos e empregados do bar elas - que deveriam ser as vítimas - eram, na verdade, as culpadas por estar ali, naquele espaço que não lhes pertencia, provocando os clientes do sexo masculino. Uma vez mais, as mulheres aparecem como as grandes provocadoras. E esta concepção era explicitada não apenas nos casos de assédios indesejados como também de atos como estupro, violência doméstica, que eram justificados com o famoso veredito: "ela procurou"; ou como diria o escritor Nelson Rodrigues "o homem pode não saber porquê está batendo, mas a mulher sabe porque está apanhando".

A violência sexista se apresentava em múltiplas facetas e a exclusão das mulheres de determinados espaços públicos constituía uma das formas mais claras de opressão. Um dos embates que mais exemplifica este aspecto foi a luta do grupo Liberta pela conquista do direito à abertura da Casa do Estudante da UFRGS para as estudantes. O Liberta foi um grupo feminista formado no seio do movimento estudantil da UFRGS que tinha como principal objetivo levar para este segmento, majoritariamente masculino, o debate sobre a condição feminina na sociedade. Ao se formar, uma das primeiras bandeiras levantadas pelo grupo foi a luta pela aceitação de mulheres na Casa do Estudante da UFRGS, que, até o início dos anos 1980, só aceitava homens. A entrada de mulheres só foi permitida em abril de 1980, a partir das manifestações encampadas pelo grupo. Entretanto, a vida das primeiras moradoras não foi nada fácil. Em um dos jornais do grupo há uma entrevista com uma das moradoras que reclamava do boicote da reitoria, que não permitia que "(...) como em todos os quartos, as senhoras da limpeza nos dem lençóis limpos e papel higiênico. E na hora de lavar nossas roupas temos que esperar que elas vaguem os tanques, onde lavam a roupa dos simpáticos rapazes". De acordo com o depoimento da moradora, as usuárias da Casa enfrentavam diferentes formas de violência por parte dos moradores. A seguir, um trecho da entrevista

realizada pelo jornal do Grupo Liberta (L) com a moradora (M) da Casa do Estudante:

(L) - O que tu achas de morar na Casa do Estudante da UFRGS?

(M) - Eu acho uma barra, porque todas as pessoas, para quem se fala que se mora na casa, encaramos como prostitutas. Isto sem falar na discriminação dos moradores que têm atitudes machistas ao extremo, como, por exemplo, vir até a porta do meu quarto, no meio da madrugada, e pichar nela - *Putas!* Também sem falar das piadinhas e os falsos ímpetos de orgasmo que eles têm quando nós passamos.<sup>11</sup>

Se na aparência estes insultos eram apenas brincadeiras de mau gosto levadas à cabo por jovens que estavam chocados com a novidade de ter de conviver com mulheres dentro da Casa, na essência tratava-se de mais uma forma de violência simbólica. A Casa do Estudante havia sido desde sua construção um espaço público que abrigara os homens. Mesmo com a entrada permitida legalmente para as mulheres, a Casa continuava, na prática, um espaço físico inóspito para as moradoras. As ofensas verbais, os escritos pejorativos nas portas, somados ao fato de que as mulheres não tinham acesso aos mesmos tipos de serviços que os homens, demonstravam claramente uma tentativa de constrangimento, de deixar claro que elas não eram bem vindas naquele espaço de convívio social que, até então, havia se preservado exclusivamente masculino. Destarte, a conquista legal por espaços nem sempre era acompanhada de uma conquista real, pois persistira uma cultura discriminatória que não se modificaria apenas por decreto da reitoria.

Apesar da rejeição que causavam, o discurso do grupo Liberta mais uma vez trazia para o debate público problemas vivenciados pelas mulheres conferindo-lhes um caráter político. Estas denúncias feitas no jornal feminista não eram dirigidas apenas às autoridades competentes, como a Reitoria da Universidade, e sim ao conjunto das estudantes e às mulheres. As denúncias de situações discriminatórias assumiam para o movimento um papel importante no sentido de criar uma identidade comum, um chamamento para que outras mulheres - que também se sentissem oprimidas e discriminadas - se somassem ao movimento.

Não há como avaliar exatamente o quanto estas denúncias contribuíram para desconstituir os discursos misóginos dominantes. Ocorre que as questões denunciadas pelo movimento feminista, como a discriminação contra moradoras da Casa do Estudante, faziam parte de uma cultura profundamente

<sup>11</sup> Jornal Liberta, nº 6, agosto de 1982

enraizada que definia lugares e espaços determinados categorizados como impróprios ou próprios para mulheres. Desta forma, a presença feminina na Casa - mesmo com aval legal - não era aceita como algo normal, não fazia parte da rotina dos moradores e mais, desafiava suas concepções, poderes e privilégios. Por isso, as mulheres que lá foram morar receberam estereótipos que vinculavam sua imagem à prostituição. Neste sentido, as denúncias do grupo também buscavam demonstrar que existia uma enorme distância entre a aprovação legal de estudantes do sexo feminino na Casa e a aceitação do fato pelo conjunto dos antigos moradores. Em entrevista ao *Correio do Povo*, as integrantes do grupo declararam que eram chamadas dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de “grupo chá das cinco”, o que leva a crer que muitas das suas discussões eram menosprezadas ou não levadas a sério pelo conjunto dos estudantes. Por outro lado, através do jornal do grupo *Liberta*, verifica-se que este era composto por cerca de vinte estudantes, de diferentes cursos, o que para a época se tratava de um número significativo. Assim, o discurso do grupo, ao que tudo indica, tinha dois objetivos principais: denunciar a permanência de práticas discriminatórias contra as moradoras da casa do estudante, demonstrando que a lei pouco incidiu na conduta machista dos estudantes e sensibilizar mais mulheres para a importância de lutar pelos seus direitos dentro da universidade.

Referente às práticas militantes, é possível verificar que a atuação de muitos grupos feministas - inclusive o *Liberta* - estava voltada para a resolução de problemas concretos vivenciados no cotidiano das mulheres. A luta pelo direito de morar na Casa do Estudante foi um aspecto levantado pelo grupo, mas houve outros, como a campanha por creches para filhos e filhas das estudantes da UFRGS. Esta campanha reivindicou não apenas o aumento das vagas, mas também a melhoria da qualidade no atendimento:

A creche da UFRGS, padrão de Porto Alegre, não passa de um efeito assistencial no campus universitário. Com suas 90 vagas, 10% destinadas às mulheres estudantes, ela não chega a cobrir 4% para a necessidade real de creches para os estudantes. Sem falar nas mulheres, que não ingressam na universidade, ou abandonam seus cursos por não ter onde deixar os filhos. (...) E a questão não é só onde deixar as crianças. Como elas são tratadas e “bem” educadas?<sup>12</sup>

A busca pela melhoria do atendimento e a ampliação de vagas na creche da Universidade era uma questão que atingia não apenas as estudantes identificadas com o feminismo, mas sim a todas as mulheres estudantes que necessitavam do serviço. A creche, transformada em bandeira de luta, evidenciava a preocupação deste grupo feminista com as questões específicas do conjunto das estudantes. Além das ações militantes, o discurso político do *Liberta* tinha o objetivo de atingir o máximo possível as mulheres universitárias. No editorial do exemplar número 6 do *Jornal Liberta*, o título do editorial “*O meu, o seu, o nosso feminismo*” remetia à ideia de que o feminismo representava os interesses de todas as mulheres, mesmo daquelas que não se reconheciam como integrantes do movimento.

Os dois grupos feministas aqui examinados, seus discursos e suas práticas militantes são uma pequena amostra do papel importante que as mulheres protagonizaram para inserir a opressão de gênero como um tema obrigatório da pauta política. Apesar do tamanho relativamente pequeno destes grupos, suas ações alcançaram uma repercussão significativa na imprensa, a partir do final dos anos de 1970. No jornal “*Folha da Manhã*”, edição de 9 de agosto de 1979, um jornalista saudava a criação de um novo grupo feminista em Porto Alegre, o Movimento de Mulheres pela Libertação, com um artigo intitulado “Feminismo, tolice feminina?”. Nele, o autor destilava seu ódio contra estas organizações “quase sempre são lideradas por mulheres que estão de mal com o mundo (...) quem fica nesse papo merece o castigo de uma cozinha engordurada, filhos ranhentos, cacetadas semanais do marido alcoólatra (...)”. Em outros dois artigos consecutivos, o jornalista respondia tanto a questionamentos recebidos por outros colegas jornalistas, quanto por militantes do movimento que enviaram cartas de resposta. Mas, é claro, também destacava as inúmeras cartas recebidas por “senhoras de bem que elogiaram seu artigo” (sic). Este pequeno exemplo demonstra o quanto as ações dos grupos feministas provocavam reações radicais tanto de crítica quanto de apoio. O que leva a crer que apesar da vida efêmera da maioria dos grupos, eles contribuíram para questionar os valores, comportamentos e os saberes que perpetuavam a inferioridade feminina como uma verdade inquestionável.

Talvez seu caráter polêmico e a novidade que o

<sup>12</sup> *Jornal Correio do Povo*, 17.08.1980

feminismo representou na sociedade porto-alegrense expliquem a distância que existiu entre a repercussão significativa atingida pelos discursos e práticas e o reduzido número de mulheres que integraram de fato o movimento. Suas organizações não tiveram uma existência longa. Em meados dos anos de 1980, tanto o Costela de Adão quanto o Liberta se dissolveram. Mas o fato é que a sociedade porto-alegrense, em uma década, passou por inúmeras transformações culturais que, em boa medida, estão relacionadas com a maré feminista que aqui chegou trazendo consigo os ventos da contestação da mudança.

### **Referências bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. A dominação Masculina. In: **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n° 2. Gênero e Educação, Julho/Dezembro, 1995.p. 137

CHARTIER, Roger. A história entre narrativa e conhecimento, In: **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietude, Porto Alegre, Ed. Universidade/ UFRGS, 2002,p.p 96-97

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Discursos e Práticas do Movimento Feminista em Porto Alegre (1975-1982). Dissertação de Mestrado, fevereiro de 2004, PPGH/ UFRGS.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.